

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MECANISMO DE MOBILIDADE SOCIAL OU DE CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL VIGENTE?

Domingos Angelo de Paula Neto¹
Rogéria Moreira Rezende Isobe²

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo discutir um argumento muito difundido no discurso político do Brasil de que a educação escolar se configura como principal mecanismo capaz de proporcionar a mobilidade social e diminuir a desigualdade no país. Para tanto, foi realizado um breve estudo sobre aspectos históricos da educação brasileira com o escopo de identificar o processo pelo qual a escolarização assumiu, gradativamente, contornos desenhados em função das chamadas demandas do desenvolvimento econômico e foi interpretada como principal instrumento para superação da pobreza e ascensão social. A análise contribui para reflexão sobre os limites da instituição escolar no alcance da necessária dimensão democrática na medida em que a subordinação da educação à lógica da economia consolida as assimetrias sociais que marcam a história da sociedade brasileira.

Palavras-chave:

Educação; Economicismo; Desigualdade social.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to discuss an argument that is widespread in Brazilian political discourse that School education is the principal mechanism capable of providing social mobility and reducing inequities. To this end, a brief study of the historical aspects of education in Brazil has been conducted to identify the process by which schooling gradually assumed outlines designed according to the so-called demands for economic development and was interpreted as the main way of overcoming poverty and social ascension. The analysis contributes to the reflection on the limits of the school institution in reaching the necessary democratic dimension as the subordination of education to the logic of the economy consolidates the social asymmetries that mark the history of Brazilian society.

Keywords:

Education; Economism, Social inequality.

1- Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
2- Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

A educação brasileira: mecanismo de mobilidade social ou de conservação da estrutura social vigente?

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da conturbada história social brasileira, a educação pública passou por diversas transformações. Não obstante, independentemente da época analisada, bem como das características observáveis, sempre esteve sujeita aos interesses dos grupos sociais dominantes, fossem eles a monarquia portuguesa ou a brasileira, os jesuítas, os republicanos reformistas, a elite econômica e política e assim sucessivamente (VEIGA, 2007; HISLDORF, 2005). Ainda que a educação estivesse sob a custódia desses setores, também se faziam presentes, no decorrer da história da educação no país, movimentos de resistência e de ressignificação do processo educacional, os quais atuavam com o escopo de balizar o jogo de forças e implantar um sistema escolar público, estatal, gratuito e de qualidade que fosse apropriado pelas classes populares como um “direito” social (FREITAS e BICCAS, 2009).

No âmbito das tensões que marcaram o processo de constituição da escola pública no século XX, os discursos e projetos delineados pela elite econômica e política produziram uma representação da educação como fator de progresso e desenvolvimento da nação e ascensão social das classes populares. No entanto, aquele processo ocorreu de forma a reproduzir as assimetrias sociais estabelecendo hierarquias e diferenciações entre seguimentos populacionais, de modo que a construção e o acesso à escola pública “se deu no bojo da consolidação de uma sociedade reconhecidamente concentradora de riqueza, benefícios e poder decisório” (FREITAS e BICCAS, p. 18, 2009). Nesse diapasão, a via do esforço individual foi cada vez mais indicada como caminho para alcance da desejada mobilidade social atribuindo-se, pois, aos sujeitos a responsabilidade de capitalizar-se pela conquista de graus escolares mais elevados o que, alegadamente, proporcionaria ascensão social.

Buscando contribuir para uma melhor compreensão no processo de constituição da escola pública no país, este artigo apresenta um breve estudo sobre aspectos históricos da educação brasileira com o escopo de analisar como a escolarização assumiu, gradativamente, contornos desenhados em função das chamadas demandas do desenvolvimento econômico e foi interpretada como principal instrumento de superação da pobreza e ascensão social.

O artigo apresenta duas seções. A primeira analisa a educação pública a partir da década de 1930 quando se inicia o processo de diluição do tema educação na lógica da economia em decorrência no processo de industrialização. A segunda seção aborda a criação do mito da educação como mecanismo de mobilidade social no bojo do processo de construção e disseminação da Teoria do Capital Humano que consolida o processo de redução das questões educacionais ao economicismo. Ao final serão tecidas algumas considerações

que indicam o sistema de educação como um mecanismo que contribui fortemente para manutenção da estrutura social vigente.

2. A EDUCAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DE 1930: MODERNIZAÇÃO E REGENERAÇÃO SOCIAL

Até a década de 1930 o Brasil era um país pouco industrializado e tinha a economia voltada para a exportação de produtos primários, dentre eles, borracha, cana, carne, café, produzidos pelas oligarquias regionais que dominavam também o ambiente político. Com a crise econômica mundial em 1929 as oligarquias dominantes, paulistas e mineiras, começam a perder poder político em um momento em que o modelo econômico brasileiro – primário exportador – passa a ser questionado engendrando o debate em torno do processo de industrialização do país (FURTADO, 1982).

A conjuntura social e política desse período é marcada por aspirações totalitárias, especialmente a partir de 1935, bem como pelas iniciativas de expansão da escola popular de massas e ainda pelas impactantes mudanças na legislação trabalhista e no orçamento público em prol de um projeto de industrialização, capitaneado por Vargas. De acordo com Freitas e Biccias (2009), as reformas educacionais implementadas durante esse período afetaram todos os níveis do ensino oficial e foram caracterizadas por profundas contradições. Por um lado, promoviam a expansão da escolarização popular e por outro mantinham e ampliavam a seletividade e hierarquização social do acesso à educação na medida em que o ensino médio propedêutico e o ensino superior eram direcionados às elites denominadas “mentes aptas a dirigir” e o ensino profissionalizante destinado, sem meias palavras, aos pobres.

Nota-se, pois, uma estrutura de ampliação de vagas nas escolas, mas com obstáculos internos de continuidade e permanência da maioria da população estabelecendo “demarcações cotidianas do ‘lugar de cada um’, conforme diferentes registros de prestígio que se cristalizam em um processo de mobilidade permanentemente truncada” (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 18).

O projeto político educacional do Estado Novo expressava as finalidades da escolarização das massas para renovar hábitos e modernizar o país por meio do ensino voltado ao patriotismo para valorização da nacionalidade e ao ensino da moral com o escopo de acabar com o atraso econômico e cultural do país e regenerar o povo. As mais diversas tendências do pensamento social brasileiro da época encontravam um ponto de síntese no reconhecimento da escola como instituição capaz de superar arcaísmo nacional “que

A educação brasileira: mecanismo de mobilidade social ou de conservação da estrutura social vigente?

guardávamos em nossas profundezas rústicas onde viviam homens e mulheres tratados preconceituosamente como frutos indesejados de nossa desenfreada miscigenação” (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 13).

Nessa conjuntura, foi sendo construída a ideia de que a escolarização se configura como fator fundamental para alcançar o desenvolvimento socioeconômico da nação. Esse discurso hegemônico que é gestado na década de 1930 e gradativamente passa a dominar o imaginário brasileiro, está intimamente relacionado ao processo de industrialização do país. Entretanto é preciso ter cautela quanto a associação entre o processo de expansão da educação de massas e desenvolvimento econômico, tendo em vista que este vínculo não aconteceu de forma imediata, uma vez que o mercado altamente técnico não absorveu a mão de obra com maior qualificação e nem mesmo a educação, da maneira como foi implantada, alcançou os objetivos a que se propôs (FREITAS e BICCAS, 2009).

Nota-se, pois, que ainda que estivesse em curso um processo paulatino de diluição do tema educação na lógica da economia, a escolarização no Estado Novo primava pelo disciplinamento, moralização e civismo com o intuito de empreender modernizações sem que isso significasse a construção de um perfil moderno à estrutura social hierarquizada vigente. Ou seja, a relação entre educação e desenvolvimento socioeconômico estava implícita no discurso educacional desde meados da década de 1930, entretanto, é somente em meados da década de 1950, no auge do processo de industrialização brasileiro que ocorria na esteira do ideário desenvolvimentista, que tal proposição ganha força, motivada pela necessidade de formação de mão de obra para a indústria nacional emergente (ROTA JUNIOR, 2013).

3. A EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE MOBILIDADE SOCIAL: A CRIAÇÃO DO MITO

De acordo com Freitas e Biccass (2009), a constituição de 1946, reafirma a responsabilidade do Estado pela educação pública do país e culmina na elaboração de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que demorou 13 anos para ser promulgado. Durante essa lacuna entre a proposição e a aprovação da LDB, que só aconteceria em 1961, as reflexões e as ações educacionais foram caracterizadas por grande criatividade, entretanto, o que se percebeu foi, cada vez mais, a educação sendo influenciada e se subordinando às “demandas do desenvolvimento”, ainda que contraditoriamente algumas pesquisas mostrassem que o processo de industrialização e modernização econômica do país não demandou mão de obra mais qualificada (FREITAS e BICCAS, 2009).

No final da década de 1960, surge no campo da economia, a partir dos estudos de Theodore Schultz, a Teoria do Capital Humano, a qual propõe que o crescimento de determinado país ou região é determinado pelo capital, pela força de trabalho e pelo nível de escolarização da população, ou capital humano. Nessa lógica, a qualificação da população por meio da educação elevaria os ganhos produtivos do trabalhador – em termos econômicos e sociais – e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. O autor argumenta que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (SCHULTZ, 1971, p.33).

Na Teoria do Capital Humano, a educação é encarada como um investimento que amplia as possibilidades individuais de mobilidade social, uma vez que proporcionaria melhoria na qualificação do trabalhador, que por sua vez aumenta sua produtividade e consequentemente sua renda. De acordo com Frigotto (1993) desde então a educação se transforma em elemento central para explicar o crescimento econômico e a redução da desigualdade, nas inúmeras teorias sobre desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Nos dizeres do autor

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1993, p.41).

É nesse contexto que é criado o mito da educação como fator fundamental para o almejado desenvolvimento da nação e como mecanismo de mobilidade social, uma vez que ampliava a qualidade da mão de obra brasileira, o que era uma exigência para a modernização da economia, bem como aumentava a produtividade e a empregabilidade do trabalhador, o que poderia contribuir para o aumento da renda e para a diminuição da desigualdade. Trata-se dessas questões como um mito pelo fato do processo de industrialização e desenvolvimento brasileiro, baseado na implementação de técnicas já avançadas que preconizavam a economia de mão de obra, não demandar e empregar a força de trabalho “qualificada”, bem como pela incapacidade do Estado de promover, de fato, uma educação que fosse voltada primordialmente às necessidades do mercado.

No governo militar a educação não perde seu caráter economicista, sendo muito

A educação brasileira: mecanismo de mobilidade social ou de conservação da estrutura social vigente?

influenciada pela teoria do capital humano de Schultz e direcionando o debate sobre educação para o atendimento das necessidades do mercado. Como a teoria de Schultz responsabiliza o indivíduo por grande parte dos investimentos em qualificação e pelo resultado obtido, a culpa da pobreza ou de alguns fracassos recai apenas sobre ele, ressaltando o viés meritocrático decorrente dessa abordagem (FREITAS e BICCAS, 2009).

Em 1971, com o objetivo de colocar em prática seus projetos e inclinações teóricas acerca da educação, o governo militar promoveu uma das mais impactantes reformas educacionais. Segundo Freitas e Biccás (2009), a Lei 5.692/1971 apresenta alguns pontos principais que devem ser ressaltados: a organização do sistema educacional em três graus sucessivos, a extensão do ensino obrigatório de quatro para oito anos e redução do ensino médio pra três anos; profissionalização do ensino médio; a integração dos currículos de 1º e 2º grau; a reforma universitária em 1968, que gerou a precarização da universidade pública em prol do incentivo à privada, com a formação voltada para o mercado de trabalho; e a educação para jovens e adultos, também voltada para a constituição de mão de obra.

No final da década de 1970 o governo militar vai perdendo sua sustentação, o que resultará na redemocratização do país e o avanço das ideias neoliberais nas décadas seguintes. Para Rota Junior (2013) a reestruturação produtiva brasileira e do sistema capitalista iniciada a partir de 1980, perpetuou o processo de responsabilização do trabalhador pela sua qualificação e potencial de empregabilidade, reforçando seu viés cada vez mais meritocrata e individualista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profunda desigualdade social perpetuada no Brasil desde sua colonização e aprofundada ao longo da história, associada aos modelos educacionais hegemônicos implantados no país formam uma barreira que impossibilita a atuação da educação como mecanismo de mobilidade social. Atribui-se, então, aos sujeitos a responsabilidade de capitalizar-se pela conquista de graus escolares mais elevados o que, alegadamente, proporcionaria ascensão social.

A educação brasileira manteve, ao longo de sua trajetória, seu caráter elitista, seletivo e privatista, o que desmonta qualquer argumento que afirma ser a educação o principal mecanismo capaz de proporcionar mobilidade social. As promessas de mobilidade social não atingiram, pois, aqueles que permaneceram à margem da sociedade evidenciando-se, assim, os limites da instituição escolar no alcance da necessária dimensão democrática.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo, Nacional, 1982. 238p.

FREITAS, M.C.; BICCAS, M.S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. 1 ed. São Paulo (SP): Cortez Editora, 2009. 372p.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993. 285p.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

ROTA JUNIOR, C. Educação e Mobilidade Social: Um estudo sobre a legislação educacional brasileira. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 38, 2013. p. 149-166. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/11.CesarRotaJunior.pdf>>. Acesso em: 09 de março de 2021.

SCHULTZ, T W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Trad. de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328p.